

REFLEXÕES SOBRE AS FORMAS EQUIVALENTES EM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE

Rosemary Irene Castañeda Zanette *

RESUMO: *A construção de um dicionário é um trabalho bastante complexo, já que conta com várias interações de elementos distintos. Um desses elementos são as formas equivalentes. Pretende-se, neste texto, apresentar algumas reflexões sobre elas em um contexto específico, o do Dicionário terminológico bilíngue português/italiano do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural.*

PALAVRAS-CHAVE: *Patrimônio Cultural; Patrimônio Natural; Formas Equivalentes.*

ABSTRACT: *The construction of a dictionary is a very complex work, because it has many interactions of different elements. One of this elements are the equivalent terms. It is intended, in this paper to present some reflections on them in a specific context, of the Portuguese/italian bilingual terminology dictionary of cultural and natural heritage subfields.*

KEY WORDS: *Cultural Patrimony; Natural Patrimony; Formas Equivalentes.*

INTRODUÇÃO

A ciência terminológica conquista cada vez mais espaço, tanto na parte teórica quanto na parte prática. Suas bases já estão solidificadas com reflexões teóricas atestadas pela Teoria Geral da Terminologia (TGT), pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e também pela Socioterminologia. Já na parte prática, atestam seu avanço, além da quantidade de obras disponíveis no mercado, tanto monolíngues, quanto bilíngues, a qualidade de suas obras, baseadas no rigor terminológico e terminográfico necessários. Apesar da situação bastante favorável, há ainda muito a se desenvolver. Acredita-se, então, que escolher uma área ainda descoberta pela ciência terminológica tem mais a contribuir do que fazê-lo com relação a uma área já contemplada por tais estudos. É neste sentido que foi escolhida a área do Turismo. Porém, a área é muito abrangente e composta por subáreas bastante diversificadas, vinte, segundo a Organização Mundial do Turismo. Algumas delas são: esportes, legislação turística, ecologia do turismo, transporte (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003, p. 43). Diante de tamanha complexidade, resolveu-se desenvolver trabalho sobre a subárea do *Patrimônio Turístico*, composta pelas

* Professora Adjunta do Curso de Letras Italiano da Unioeste, *campus* de Cascavel

duas grandes ramificações: *Patrimônio Cultural* e *Patrimônio Natural*. Além de não existir no mercado obra terminológica/terminográfica sobre elas, o problema de sua preservação tem sido bastante levantado nos últimos anos, em caráter mundial. Por fim, decidiu-se por uma obra bilíngue, com entradas em língua portuguesa e formas equivalentes em língua italiana, já que o Brasil possui grande quantidade de bens naturais em seu território e a Itália abriga grande número de bens culturais. Como público-alvo esta obra procura atender principalmente estudiosos do tema e tradutores.

O aspecto que fica ressaltado em um dicionário bilíngue são as formas equivalentes, pois o objetivo maior desta obra é justamente apresentar como uma realidade expressa por um termo em língua portuguesa, neste caso, é expressa em uma língua estrangeira. Com base no "Dicionário terminológico bilíngue das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*", produzido em pesquisa de doutorado, resolveu-se abordar a questão do comportamento das formas equivalentes, sua presença ou sua ausência.

A RECOLHA DAS FORMAS EQUIVALENTES

Para se chegar às formas equivalentes em língua italiana, é preciso passar por várias etapas. Para elaborar este trabalho terminológico foram seguidas as sugestões da teórica Lídia Almeida Barros (2004, p. 202), tais como:

- a) estabelecimento do *corpus*;
- b) recolha das unidades terminológicas;
- c) recolha e registro dos dados em fichas (de papel ou eletrônicas);
- d) tratamento dos dados (redação das definições e de todo o enunciado terminográfico);
- e) produção de trabalho provisório para discussão com especialistas da área;
- f) redação final.

O trabalho é iniciado com a língua portuguesa, já que o ponto de partida é a realidade brasileira. Assim, a primeira etapa consistiu no levantamento do *corpus*, neste caso, o *corpus* documental, ou seja, os textos especializados em língua portuguesa que tratam das subáreas em questão. Eles seguem três tipologias. O primeiro tipo conta com grande parte dos textos. São os documentos que regulamentam as questões sobre o *Patrimônio Cultural* e o *Patrimônio Natural*. Utilizaram-se as versões disponibilizadas pela internet. Há dois deles que são os mais importantes. Em nível internacional, adotada no Brasil, na Itália, bem como em outros países, a "Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e

Natural”, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972. Já em nível nacional, no Brasil, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Compõem este conjunto de documentos outras leis, decretos e instruções normativas. Já o segundo tipo de textos é composto por outros sítios da rede que possuem como tema o *Patrimônio Cultural* e o *Patrimônio Natural*, e, em sua maioria, são de propriedade institucional ou pertencem a organizações mundiais que se ocupam da questão. São eles: os sítios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o sítio brasileiro da própria UNESCO. Foram utilizados também outros sítios de procedência confiável e com um alto nível de especialização, já que se trata da linguagem de especialidade de subáreas do Turismo. O terceiro tipo compreende obras lexicográficas e terminográficas que tratam da grande área do Turismo e também das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, como o *Vocabulário enciclopédico das unidades de conservação*, de Lídia Almeida Barros, o *Dicionário técnico de turismo*, de Celestino de Matos Domingues, entre outras obras.

Destes textos que compõem o *corpus* documental foi extraído o *corpus* de análise, ou seja, os termos propriamente ditos. Devido à dimensão da obra terminológica, foram selecionados cento e seis termos. A escolha se deu com base em alguns critérios. O primeiro, o de especialidade e informatividade dos termos, refletiu-se na escolha do termo “casa”, por exemplo. Apesar de ser também uma palavra da língua geral, na subárea do *Patrimônio Cultural* é polissêmica e assume dois significados: o de edificação privada reconhecida por sua beleza arquitetônica e o de edificação privada que tem por função servir de residência a personalidades importantes. O outro critério verificou o estatuto terminológico do termo dentro das subáreas. Neste caso, apesar de extenso, o termo “unidade de conservação do SNUC” é um termo estabelecido pela própria legislação brasileira, bem como “unidade de conservação de uso integral” e “unidade de conservação de uso sustentável”. O número de ocorrências também foi outro critério utilizado. “Igreja” foi um dos termos mais frequentes. Por fim, nem todos os termos têm várias ocorrências no *corpus*, mas mesmo assim não deixam de ser significativos. Desse modo, alguns termos foram selecionados por serem representativos da realidade brasileira, como é o caso de “engenho”.

Em seguida, foi feita a recolha e registro dos dados nas fichas terminológicas. Foram utilizadas fichas terminológicas eletrônicas por meio do programa *Microsoft Access*, um programa utilizado para o armazenamento de banco de dados. Tais fichas possuíam basicamente os campos que deveriam conter dados em língua portuguesa, outros que deveriam conter

dados na língua italiana e outros que agregavam as duas línguas. Em relação aos traços em língua portuguesa, os principais campos foram: "entrada", "categoria gramatical", "sinônimo", "forma variante", "contexto". Foram preenchidos estes campos, além do campo "traços conceituais", o qual desarticula os termos, deixando-o com vários segmentos distintos, que juntos, formam a unidade. Com base na observação destes traços, foi possível procurar as formas equivalentes em língua italiana.

O *corpus* documental em língua italiana possui as mesmas características do *corpus* relacionado na língua portuguesa. Para compô-lo, foram utilizados dois critérios: confiabilidade dos textos normativos e legais e frequência (BEVILACQUA E REUILLARD, 2006). Os mais importantes documentos são: "*Convenzione riguardante la protezione sul piano mondiale del Patrimonio Culturale e Naturale*", versão italiana do documento da UNESCO já mencionado, também de 1972, a "*Legge 6 dicembre 1991, n. 394: Legge Quadro sulle Aree Protette*", que trata das "unidades de conservação" em território italiano, e o "*Codice dei beni culturali e del paesaggio*", versão de 2004, elaborado pelo *Ministero per i Beni e le Attività Culturali (MiBAC)*, entre outros documentos. Utilizaram-se, também, os sites da UNESCO em italiano, o do próprio MiBAC, o do *Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare*, e o do *Corpo Forestale*, entre outros. Com base no *corpus* documental em língua italiana, e nos dados contidos nas fichas terminológicas, foram encontradas as formas equivalentes.

É importante notar que nem sempre as formas equivalentes foram encontradas, pois para alguns fatos conceptuais na língua portuguesa não há correspondentes na língua italiana, e vice-versa. Porém, como a obra em questão é unidirecional, aqui interessa a direção língua portuguesa/língua italiana. Como exemplos, o "paço imperial", que designa um palácio que além de sediar o regime imperial, serviu de residência para os imperadores, e a "unidade de conservação do IPHAN", termo criado no âmbito deste trabalho para designar toda "unidade de conservação" instituída pelo referido instituto.

Em seguida, foram preenchidos os campos das fichas terminológicas que pediam dados em língua italiana. Os principais campos foram "forma equivalente" e seu respectivo "contexto", este, fundamental para a identificação do termo, bem como de seu uso. Assim, o campo dos traços conceituais também foi preenchido, agora com os traços em língua italiana.

As demais etapas da elaboração do trabalho terminológico/terminográfico em questão não serão discutidas.

ANÁLISE SOBRE AS FORMAS EQUIVALENTES NO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO

O "Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas

do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*" comprovam a existência das formas equivalentes, ou seja, admite a variação. Por isso, para se realizar este trabalho, foi preciso selecionar uma teoria que fosse de encontro aos fenômenos encontrados neste *corpus*, ou seja, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). A variação, para Maria Teresa Cabré (1998, p. 38 apud ALMEIDA, v.9, p. 211-222, 2003).

[...] é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem. Nesse sentido, a variação deve ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia, e não eliminada nem reduzida a fim de favorecer uma comunicação especializada precisa e unívoca, sem ambiguidades.

Diante desta afirmação, abre-se um leque de possibilidades para os estudos terminológicos, que podem ser realizados em perspectiva diacrônica (diferentes períodos), diafásica (diversos falares), diastrática (diferentes camadas sociais) e diatópica (diferentes lugares). No caso deste trabalho, a variação discutida aqui é a última, já que são analisados termos em duas línguas, utilizadas em territórios distantes geograficamente. Ressalta-se, porém, que tal fenômeno apesar de identificado no *corpus* apresentado, não se apresentou na totalidade dos casos.

As formas equivalentes são facilmente visualizadas nos Mapas Conceituais das subáreas, mas pelo espaço limitado, elas não serão apresentadas. Por sua vez, serão relatadas as informações mais relevantes a seu respeito, primeiro sobre as subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural* separadamente, e depois vistas como parte do *Patrimônio Turístico*.

A subárea do *Patrimônio Cultural* possui quarenta e quatro termos (44), sem contar os parassinônimos. Destes, trinta e três (33) deles têm uma forma equivalente em língua italiana. Há duas tipologias de termos, aqueles muito semelhantes nas duas línguas como "patrimônio arqueológico" e "*patrimonio archeologico*", "fortificação" e "*fortificazione*", "reserva da biosfera" e "*riserva della biosfera*", "jardim botânico" e "*giardino botanico*", e os que diferem bastante como "sítio Ramsar" e "*zona umida di importanza internazionale*", "chafariz" e "*fontana*". Sendo assim, os demais onze termos não possuem equivalentes, pois o fato conceptual existe apenas na realidade brasileira e não na italiana. É o caso, por exemplo, de "mercado municipal". No Brasil, a edificação comercial existe na maioria das cidades brasileiras, principalmente nas grandes cidades, como as capitais de estado. Para se conhecer a cultura de uma cidade ou região diz-se que se deve conhecer o seu "mercado municipal", pois lá estão, além de produtos alimentícios, outros produtos típicos da região. Já na Itália tais produtos são vendidos principalmente nas feiras livres ou nos estabelecimentos

especializados, como na "*macelleria*", que vende tipos de carne. Há, porém, os "*mercati rionali*", em cidades maiores, como Roma e Milão, com comércio semelhante ao dos "mercados municipais" (ZANETTE, 2010, p. 209-210).

A outra subárea, a do *Patrimônio Natural*, possui menos termos, trinta e nove (39), excetuando-se também os parassinônimos, para os quais não foram buscadas as formas equivalentes. Dezoito (18) termos têm formas equivalentes e dezenove (19) não, ou seja, praticamente 50% em cada situação. A primeira das situações se deve a três fatos. O primeiro é o fato de as "unidades de conservação", tanto do Brasil como da Itália, terem sido organizadas com base no *IUCN's Protected area programme*, o programa responsável pelas áreas protegidas, da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Dentre as seis categorias definidas por ela, sendo que uma delas é subdividida em duas partes, as categorias "parque nacional" e "monumento natural", existentes tanto no Brasil quanto na Itália, seguem exatamente as diretrizes da referida organização. O segundo é o fato de algumas "unidades de conservação" terem sido originadas por organismos de atuação internacional, os quais são responsáveis pela sua regulamentação. Diante disso, cada país membro deve se adequar às suas normas e adotar, se possível, tais "unidades de conservação". A "reserva da biosfera", o "sítio do patrimônio mundial", "o sítio Ramsar", o "*geopark*", todos criados pela UNESCO, estão presentes tanto no Brasil quanto na Itália. Em relação à última categoria mencionada, há apenas um exemplar deste no Brasil, o Geopark Araripe, enquanto que a Itália já possui três exemplares. O terceiro caso contempla basicamente dois casos, o do "jardim botânico" e o do "jardim zoológico", com origens remotas, e que tiveram seus conceitos modificados com o passar do tempo. Nos séculos XVI e XVII já havia exemplares de "jardins botânicos", criados em algumas universidades italianas e difundidas na Europa, com objetivo de estudar plantas medicinais. O uso principalmente para lazer, como pouca atividade científica, é o mais novo sentido, utilizado nos últimos trinta (30) anos (BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL apud ZANETTE, 2010, p. 212). O "jardim zoológico" é ainda mais antigo. Reis egípcios, persas, entre outros, já mantinham coleções de animais vivos. No período do Império Romano, havia o que era conhecido como *Vivarium*, onde eram mantidos os animais. As feras, como leões, elefantes, tigres, eram aniquiladas em apresentações públicas, como as que ocorriam no Coliseu, em Roma. A partir do século XVIII, além de acolher diversas espécies com fim de apresentá-las ao público, começaram a ser desenvolvidas também atividades de cunho científico nos "jardins zoológicos" (BIOPARCO apud ZANETTE, 2010, p. 212). A segunda situação trata da ausência das formas equivalentes. Apesar das coincidências na conceituação, cada país tem suas especificidades e por isso possuem "unidades de conservação" que a elas melhor se adéquam. O Brasil conta um grande

tipologia, tanto pela quantidade quanto pela diversidade dos bens naturais que possui e que precisam de proteção. Por isso, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina dois grandes tipos: as “unidades de conservação de uso integral”, subdividida em cinco categorias, em que há pouca ou nenhuma interferência humana, e as “unidades de conservação de uso sustentável”, subdividida em sete categorias, também com a finalidade da preservação, porém admitem o uso dos recursos naturais. A “estação ecológica”, do primeiro tipo, além de preservar, desenvolve pesquisa científica. Do segundo tipo há a “área de proteção ambiental, cujos objetivos são proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Além destas categorias, há outras, como a “reserva legal”, instituída pelo Código Florestal, localizada em uma propriedade rural, e que procura garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, conservar e reabilitar os processos ecológicos, proteger a diversidade biológica e abrigar e proteger a fauna e flora nativas. As *aree protette*, na Itália, contam com menos categorias. Além disso, uma única “unidade de conservação” pode ser dividida em até quatro zonas. Na *zona A* a proteção é integral e é permitida a atividade científica. Na *zona B* ou *generale* são permitidas as atividades humanas tradicionais e as atividades turísticas, de modo controlado. Na *zona C* ou *parziale* são permitidas algumas atividades de caráter sustentável. Uma divisão em quatro zonas também é possível. Na *zona D*, há presença humana e são possíveis algumas atividades de uso sustentável.

Por fim, o *Patrimônio Turístico* têm a maioria de seus termos com formas equivalentes em língua italiana, são 75% do *Patrimônio Cultural*, e 49% do *Patrimônio Natural*. Comprovou-se a equivalência de um para um, em 74% dos casos, o que comprovaria a univocidade requerida para as linguagens de especialidade. Isso acontece com “centro histórico” e “*centro storico*”, “paço municipal” e “*palazzo comunale*”, “área sob proteção especial” e “*area di reperimento*”, entre outros. 16% dos casos retrataram dois termos em língua portuguesa para um equivalente na língua italiana. É o caso de “geopark”, “geoparque” e “*geoparco*”, “reserva da biosfera” e a sigla “RB” e “*riserva della biosfera*”, entre outros. Foram encontrados também em 10% dos casos, três termos para uma forma equivalente, como em “monumento natural”, “MN”, “MONA” e “*monumento naturale*”, e também “refúgio de vida silvestre”, RVS e REVISE, e “*zona speciale di conservazione*” (ZANETTE, 2010, p. 225). Observa-se que as siglas e acrônimos encontrados são considerados termos. O percentual restante, 25% dos termos do *Patrimônio Cultural* e 51% do *Patrimônio Natural* não possuem equivalentes, por tratarem de fatos conceptuais existentes apenas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*" comprova a variação diatópica, ou seja, que para um termo em língua portuguesa pode haver uma forma equivalente na língua italiana, reafirmando tal princípio, adotado pela TCT. Assim, é fato a existência de muitos fatos conceptuais coincidentes nas duas línguas em questão. Mostrou-se que muitas dessas coincidências devem-se ao fato da origem do conceito ser o mesmo. Quanto ao *Patrimônio Cultural*, é notável que muitas edificações religiosas cristãs, tombadas no Brasil, são de origem européia, como "igrejas", "capelas", entre outras, já que o país foi colonizado por europeus. No caso do *Patrimônio Natural*, há algumas "unidades de conservação" criadas em âmbito internacional, pela UNESCO, por exemplo, ou pela IUCN, parâmetro para vários países. Porém, há também alguns casos em que não há correspondentes. E este fato também é expressivo. Mostra que as culturas, apesar de estabelecerem cada vez mais relações entre si, ainda mantém aspectos únicos, responsáveis por preservar sua identidade.

REFERÊNCIAS

AUBERT, Francis Henrik. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BARROS, Lídia de Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BEVILACQUA, Cleci; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. *Glossário de gestão ambiental: questões de corpora e equivalência*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigo_X_SIMPOSIO_RITERM_2006_BEVILACQUA_REUILLARD.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009 in ZANETTE, Rosemary Irene Castañeda Zanette. *Dicionário terminológico bilíngue das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural*. 2010. 249 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010, p. 105.

BIOPARCO. Centro di conservazione e di educazione ambientale. *Il giardino zoologico di Roma*. Disponível em: <<http://www.bioparco.it>>. Acesso em: 29 mar. 2010 in ZANETTE, Rosemary Irene Castañeda Zanette. *Dicionário terminológico bilíngue das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural*. 2010. 249 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010, p. 212.

BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL. *The history of botanic gardens*. Disponível em: <<http://www.bgci.org/resources/history/>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

CABRÉ, Maria Teresa et al. La terminologia hoy: replanteamiento o diversificación. *Organon*, v. 12, n. 26, p. 33-41 apud ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso

da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. *TradTerm*: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2003.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. *WCPA Categories system for protected areas task force*. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/work/programmes/pa/pa_products/wcpa_categories/>. Acesso em: 26 mar. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Sinais e símbolos turísticos*: guia ilustrado e descritivo. Trad. Gabriela Scuta Fagliari. São Paulo: Roca, 2003.

ZANETTE, Rosemary Irene Castañeda Zanette. *Dicionário terminológico bilíngue das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural*. 2010. 249 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.